

(1995)

p. 898

2 Psicologia

Natureza e dimensões da identidade pessoal

PNão sentido literal da *semelhança absoluta*, a identidade pessoal (*eu sou eu*) não existe! A identidade interpessoal (*eu sou outro*) também não existe, mesmo no caso de gémeos idênticos. A identidade colectiva também é impossível, uma vez que os membros de um *nós* somos, no máximo, 'semelhantes'. E no entanto, não podem existir variações sem alguma invariância estrutural que permita a comparação. Por conseguinte, é importante ter em conta o carácter paradoxal da identidade, que é construída através do confronto da semelhança e da diferença. Foi o E. Erikson teve o mérito, por volta de 1950, de introduzir nas ciências humanas uma reflexão sistemática sobre a identidade pessoal e social. Apesar desta abertura, os cientistas têm evitado a investigação sobre o assunto, que só tem visto um ressurgimento de interesse desde o final dos anos 70, seguindo vários movimentos centrados na perda, busca ou afirmação de múltiplas identidades. O desinteresse pelo sujeito também poderia ser explicado em parte por uma reacção salutar contra o "eu" ou "nós" monádico, egocêntrico ou sociocêntrico. Mas não se pode permanecer em silêncio sobre uma noção por muito tempo sob o pretexto de conotações ideológicas, sem explicar os factos que se pretendia transmitir de outra forma.

Num sentido restrito, a identidade pessoal diz respeito ao "sentimento de identidade" (*idem*, *meme*), ou seja, o facto de o indivíduo se perceber a si próprio como sendo o mesmo, permanece o mesmo, ao longo do tempo. Num sentido mais amplo, pode ser assimilado ao "sistema de sentimentos e representações" pelo qual o sujeito se singulariza (*é dem*, *ipséité*). A minha identidade é portanto o que me torna semelhante a mim próprio e diferente dos outros; é o que me faz sentir que existo tanto nas minhas *personagens* (propriedades, funções e papéis sociais) como nas minhas acções *pessoais* (significados, valores, orientações). A minha identidade é aquela pela qual me defino e conheço a mim próprio, aquela pela qual me sinto aceite e reconhecido como tal pelos outros. As dimensões da identidade pessoal dependem, de facto, em grande medida, das *ideologias da pessoa* que percorre uma determinada cultura.

A primeira dimensão, *continuidade*, permite ao sujeito situar-se tanto no tempo e no espaço individual como colectivo; no horizonte temporal e nos territórios pessoais, bem como na história e geografia dos grupos sociais e culturais de referência. A segunda - dimensão, a *integração*, coerência intrasistemática, pode ser assimilada à função de personalidade, se a definirmos como a coordenação de condutas num tempo e num espaço controlados. Mas, para que a identidade se estabeleça como um sistema relativamente unificado e contínuo, deve ser inicialmente colocada, e novamente colocada nos seus momentos sucessivos, por actos de *separação*, empoderamento e afirmação, por *diferenciação* cognitiva e *oposição* afectiva. Sem isto, o indivíduo torna-se alienado na dependência, diluído na assimilação aos outros. Esta terceira dimensão, associada às anteriores, mostra o carácter não homogéneo da identidade, que é indissoluvelmente - pessoal e social, e que pressupõe um esforço constante de diferenciação e afirmação que é imediatamente limitado pela conformidade social ou pela perda de si próprio na outra; um esforço constante de unificação, integração e harmonização, que é imediatamente negado e constantemente renovado.

À separação do ambiente externo junta-se a *divisão*, a clivagem interna, a diferenciação intra-sistemática, sem a qual não é possível uma mentalização. A identidade é assim estabelecida, paradoxalmente, a partir de uma *dupla "dualização"*: "I-outro" dualização por separação, para além da unidade simbiótica primária, e "I-I" dualização por diferenciação interna (estabelecimento de um espaço interno, mental, real-virtual...). Esta quarta dimensão levanta a questão dos laços entre a unidade e a diversidade do *eu* composto por múltiplas identidades, territórios e bens diversos: o meu corpo, o meu nome, as minhas raízes, os meus direitos e deveres, as minhas posições e papéis, todas as pessoas, animais ou objectos que investo como tantas partes de mim. A partir desta diversidade, posso retirar enriquecimento ou alienação reduzindo o ser a ter. A quinta dimensão diz respeito à *singularidade*, o sentimento de *originalidade*. A identidade como unidade e continuidade (assemelhando-se a si próprio) é acrescentada a identidade como estrutura incomparável (não se assemelhando a mais ninguém). Com a sexta dimensão, segundo a qual a identidade está enraizada e vive em *acção* e a produção *de obras*, deixamos para trás uma concepção puramente cognitivista da identidade apresentada como um conjunto de auto-representações separadas das actividades práticas. A identidade não se funde com estas práticas, mas orienta-as e dá-lhes significado. Inversamente, o envolvimento, a acção sobre objectos e situações, a coacção social e a criação favorecem a afirmação, a consolidação ou a transformação da identidade. A sétima dimensão proposta diz respeito à *positividade* da identidade. É estabelecido como um valor e através de valores. O indivíduo tende a valorizar-se a si próprio tanto nos actos de conformidade como no comportamento original e marginal. O melhor exemplo disto é o efeito P.I.P. (*primum inter pares*) ou 'auto-conformidade superior', segundo o qual cada indivíduo gostaria de 'afirmar que está mais em conformidade com as normas em vigor do que outros estão' (J.-P. Codol). A fim de se valorizarem aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros, cada

p. 899

apresenta-se como mais cooperativo, ou mais competitivo ou mais criativo, dependendo da norma dominante ou valorizada.

Estas várias dimensões podem aparecer como ingredientes demasiado estáticos de uma identidade ideal, mais ou menos moralizada, de um sujeito "completo", positivo e sem falhas, e onde a outra apenas interviria como contraparte ou espelho. Pelo contrário, podemos pensar, com R. Sainsaulieu, que "a individualidade [não é] uma entidade inicial sobre a qual se constrói então o mundo social, mas sim o resultado do jogo das relações socialmente inscritas na experiência de luta e conflito". Assim, a identidade não é uma organização puramente cognitiva; ela emerge e desenvolve-se durante períodos críticos, quando a pessoa está apaixonadamente envolvida na sua relação com o outro externo que a ofende, constringe e/ou atrai, e que é uma fonte de ambivalência para ela. O conflito é também intrapessoal, em relação a este outro *interior*, este "fantasma do outro que cada um traz dentro de si" (Henri Wallon). Como Emmanuel Mounier também disse, "a constância do eu não consiste em manter uma identidade, mas em manter uma tensão dialéctica e em dominar crises periódicas". Compreender a identidade é, portanto, trazer à luz os processos que organizam a sua construção histórica, o questionamento, a perda ou a reapropriação.

A génese da identidade

Podem distinguir-se três fases principais na construção da identidade, desde a infância à adolescência: individuação primária, identificação categórica e personalização da identificação.

A *individualização primária* abrange os três primeiros anos, durante os quais a criança passa de actividades elementares espontâneas para um comportamento organizado. Durante o primeiro ano, aprende a construir o seu próprio corpo, a apreendê-lo como uma totalidade controlável, em relação a objectos cuja permanência constrói

gradualmente. No entanto, este progresso é acompanhado por uma forte dependência dos outros e uma incapacidade de organizar uma consciência reflexiva de si próprio. A consciência está, de momento, imersa em acções imediatas, durante as quais a criança experimenta uma certa impotência para levar a cabo. É particularmente este sentimento de impotência que, durante o segundo ano, leva a criança a querer subordinar o seu comportamento a regras ou modelos, através da *imitação*, *seja* ela motora, linguística ou emocional. No entanto, por volta dos 18 meses de idade, surgem comportamentos contraditórios. Afecto, dependência e identificação alternam-se com reacções de ciúmes, possessividade e *oposição*. Os primeiros sinais de identidade são assim delineados através do desejo de encontrar e manter uma distância óptima dos outros (nem demasiado perto nem demasiado longe). Para reduzir este conflito, a criança identifica-se com a mãe que frustra e diz "não" (R. Spitz); apropria-se assim do seu poder de recusa e proibição. Entre 20 e 30 meses, a criança faz novas conquistas, em particular a capacidade de se nomear e mais tarde dizer "eu", a capacidade de fazer substituições, transferências e identificações imaginárias em actividades lúdicas, e o reconhecimento de si próprio no espelho. Estes avanços envolvem a capacidade de duplicar, de mudar de posição, de separar o espaço e o tempo reais do espaço e do tempo imaginários. Mas o nome, a ficção ou a reflexão especular são o resultado e não a fonte da capacidade de se representar a si próprio. É na acção sobre e com outros, através da separação mas através da comunicação, que a criança constrói a sua capacidade de interiorizar e representar. Em qualquer caso, René Zazzo conseguiu demonstrar que o reconhecimento especular vem mais tarde do que geralmente se crê (Jacques Lacan assumiu que foi adquirido entre 6 e 18 meses, durante a chamada "fase do espelho") Nas suas experiências com gémeos idênticos, Zazzo salientou também o facto de a imagem do *gémeo* (o outro gémeo) dificultar o desenvolvimento do *duplo mental* e o reconhecimento do *duplo especular* (o "eu" no espelho). Diz-se que a situação de gémeo tem uma "função de espelho paralisante": "a auto-imagem requer, para ser formada, uma imagem da outra que lhe é contrastada, que é diferente". A identificação consigo próprio deriva da identificação com os outros e não da apreensão visual da totalidade do corpo. Podemos evocar aqui as divergências que se opõem aos psicanalistas no que diz respeito à emergência do narcisismo primário. Segundo alguns (Lacan), a apropriação especular da imagem do próprio corpo seria o motor da onipotência narcisista; segundo outros (D. Lagache, D. W. Winnicott...), a onipotência estaria ligada à percepção do rosto da mãe e aos seus actos de sedução. Esta segunda hipótese parece mais satisfatória: a reflexão especular não cria nem a representação mental do eu, nem o seu investimento afectivo; o oposto é sem dúvida verdadeiro.

A partir do terceiro ano, a criança passa por transformações importantes. O seu progresso linguístico e intelectual e a extensão das suas relações com os outros levam-no a emergir dos processos de dualização e a alcançar categorias cognitivas e sociais. O progresso do pensamento operativo permite-lhe construir, entre outras coisas, as suas "identidades sociais", através do jogo de *comparação social* (Festinger), o destaque de semelhanças e diferenças. A este respeito, o processo edipiano é um bom exemplo de confusão categórica (sexos e gerações) que requer esclarecimento e superação a favor de uma identificação com o progenitor do mesmo sexo, mais tarde seguida de uma identificação com os seus pares. Mas a identificação categórica e a conformidade de grupo correm o risco de reduzir o sujeito às suas identidades sociais, trancando-o em papéis e expectativas definidas fora dele. Só o surgimento do desejo de criar permite à criança afastar a alienação para uma personalidade social. O indivíduo sente a necessidade de *incomparabilidade social* (Lemaigne), o desejo de ser "autenticamente" ele próprio (mas será possível separar um verdadeiro eu de um falso eu, como faz Winnicott?)

As mutações puberais, os progressos na inteligência formal e a "globalização dos interesses" provocam uma verdadeira mutação dos sistemas de orientação e valores na adolescência, que pode resultar numa crise de identidade. O sujeito já não assume as suas identificações de infância ou a sua conformidade com as regras e modelos familiares ou escolares. Ele ou ela procura então reforçar ou recuperar a sua identidade através da exaltação, da afirmação peremptória de opiniões, e da rigidez de atitudes. Ao organizar possibilidades, *ao identificar-se com projectos*, quer sejam ou não estruturados como

projectos de vida ou ideais de ego, o adolescente pode escapar à dependência e ao fascínio narcisista, à conformidade com o grupo ou à contestação egocêntrica. Mas a identificação com o projecto pode, por sua vez, tornar-se alienante, se o assunto for bloqueado em novas rigidezes e se as aspirações forem demasiado dissociadas das acções e situações actuais. Só a cooperação e a vigilância crítica permitem que o projecto seja colocado dentro do realismo das interacções e da dinâmica das realizações.

A identisação é, de facto, uma busca contínua e ilusória, mas necessária - e vitalícia. Este é o paradoxo da identidade: o "eu" só pode ser através da mediação do desejo de se tornar "outro", a fim de preencher uma lacuna. Este outro - o ideal do eu por sua vez unido - irá projectar-se num outro projecto, e isto num encaminhamento sem fim, procurando desafiar a morte mesmo por obras. A identidade não é um estado ou uma posse; é apenas apreendida em crise e mantida através da tomada (tomada de controlo, tomada de posição, um papel ou uma palavra...); é constantemente apoiada por novas identificações. A identisação é a história da cavalgada de identificações que, como tantas ilusões, devem ser sempre descartadas para serem feitas, o que por vezes provoca estas disfunções a que chamamos distúrbios de identidade.

PIERRE TAP

Bibliographie

Psychologie

- J. CAIN, *Le Double Jeu. Essai psychanalytique sur l'identité*, Payot, Paris, 1977 / J.-P. CODOL, *Semblables et différents. Recherches sur la quête de similitude et de différenciation sociales*, thèse, univ. de Provence, 1979 / E. H. ERIKSON, *Identity, Youth and Crisis*, Norton, New York, 1968 (*Adolescence et crise : la quête d'identité*, Flammarion, 1972) / H. KOHUT, *The Analysis of the Self*, Intern. Univ. Press, New York, 1971 (*Le Soi*, trad. M. A. Lussier, P.U.F., Paris, 1974) / R. L'ÉCUYER, *Le Concept de soi*, P.U.F., 1975 / P. MALRIEU, « Genèse des conduites d'identité », in P. Tap dir., *Identité individuelle et personnalisation*, Privat, Toulouse, 1980 ; « Identité : des notions au concept », in *La Pensée*, n° 226, 1982 / J. PIAGET, H. SINCLAIR & T. VINH-BANG, *Épistémologie et psychologie de l'identité*, P.U.F., 1968 / J.-B. PONTALIS, « Naissance et reconnaissance du self », in *Psychologie de la connaissance de soi*, p. 271, Colloque A.P.S.L.F., P.U.F., 1975 / H. RODRIGUEZ-TOME, *Le Moi et l'autre dans la conscience de l'adolescent*, Delachaux et Niestlé, Paris, 1972 / R. SAINSAULIEU, *L'Identité au travail*, Presses Fond. nat. Sc. pol., Paris, 1977 ; « L'identité et les relations de travail », in P. Tap dir., *Identités collectives et changements sociaux*, Privat, 1980 / H. WALLON, « Le Rôle de l'autre dans la conscience du moi », in *Enfance* (Psychologie et éducation de l'enfance), 1959 ; « Niveaux et fluctuations du Moi », in *Enfance* (Buts et méthodes de la psychologie), n° 1-2, 1962 / D. W. WINNICOTT, *Playing and Reality*, Tavistock, Londres, 1971 (*Jeu et réalité, l'espace potentiel*, Gallimard, Paris, 1975) / R. ZAZZO, « La Genèse de la conscience de soi », in *Psychologie de la connaissance de soi*, Symposium A.P.S.L.F., P.U.F., 1975 ; « Les Dialectiques originelles de l'identité », in P. Tap dir., *Identité individuelle et personnalisation*, Privat, 1980.